

**ACTA NÚMERO 03/XII/1ª SL**

**26 Julho.2011 – 15h00**

Aos 26 dias do mês de Julho de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação das actas**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP – Audição do Ministro da Educação e Ciência para clarificação de um conjunto de aspectos políticos no âmbito da Educação**

- **Apreciação e votação**

**5. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP – Audição do Secretário de Estado da Cultura sobre a situação na Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012**

- **Apreciação e votação**

**6. Requerimento do Grupo Parlamentar do BE – Audição do Secretário de Estado da Cultura para prestar esclarecimentos sobre Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012**

- **Apreciação e votação**

**7. Audição do Secretário de Estado da Cultura, nos termos da apreciação da política geral da Secretaria de Estado (n.º 2 do art. 104.º do RAR) - 15h15**

**8. Projecto de Resolução n.º 26/XII/1ª – PCP - Recomenda ao Governo que garanta a viabilidade e o carácter público do Estádio Universitário de Lisboa**

- **Discussão e debate**

**9. Projecto de Resolução nº 21/XII/1ª – BE - Recomenda ao Governo que publique o novo regime de atribuição de bolsas para estudantes do ensino superior conforme a Lei n.º 15/2011**

- **Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão**

**10. Projecto de Lei n.º 12/XII/1ª do PCP - Revoga o actual Regime de Avaliação de Desempenho dos Docentes e anula a produção dos efeitos resultantes do ciclo 2009/2011**

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputado Relator: Acácio Pinto - PS**

**11. Projecto de Lei n.º 13/XII/1ª do BE** -Suspende o processo de avaliação do desempenho e estabelece a não inclusão dos resultados da avaliação de desempenho docente para efeitos de graduação dos candidatos aos concursos para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário.

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputado Relator:** Acácio Pinto - PS

**12. Petição 5/XII/1ª – Maria Paula Tavares Martins** - Pretende que o “cheque educação” disponibilize o valor para a educação do aluno, quer inscrito na escola pública ou privada, para todos os níveis de ensino, permitindo assim, uma melhor gestão do orçamento de estado no concerne à educação

- **Apreciação da Nota de Admissibilidade**
- **Deputado Relator –** A indicar pelo PS

**13. Petição 6/XII/1ª – Jorge Emanuel Duarte de Carvalho Martins** - Pretende que o Posto de Comando do M.F.A. seja classificado como monumento nacional

- **Apreciação da Nota de Admissibilidade**
- **Deputado Relator –** A indicar pelo CDS-PP

**14. Proposta de Plano de Actividades da Comissão**

- **Apreciação e votação**

**15. Relatórios da edição 2010/2011 do programa Parlamento dos Jovens e propostas para a próxima edição**

- **Apreciação e votação**

**16. Renovação do protocolo de colaboração da Consultora da Comissão de Educação, Ciência e Cultura para o Parlamento dos Jovens – Dra. Julieta Sampaio.**

- **Deliberação**

**17. Outros Assuntos**

**18. Data da próxima reunião**

**Dia 02. Agosto.2011 – 15h00**

-----

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

O Sr. Presidente submeteu à consideração da Comissão – por ser competente em matérias de juventude - uma proposta, no sentido de se iniciar a reunião com um minuto de silêncio em homenagem às vítimas dos trágicos atentados registados na passada semana, na Noruega, nomeadamente os mortos no massacre da ilha de Utoya, onde decorria uma actividade de Verão da organização de juventude do Partido Trabalhista norueguês.

Após as intervenções dos Srs. Deputados Pedro Delgado Alves (PS), Miguel Tiago (PCP) e Amadeu Albergaria (PSD), e pese embora tenham reconhecido a brutalidade dos acontecimentos, que a todos comoveram, e partilharem a preocupação e os sentimentos expressos pelo Sr. Presidente, foi considerado que estes gestos de pesar e solidariedade deveriam ser feitos apenas em Plenário e não em Comissão.

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e PEV.

## **2. Aprovação das actas**

As actas das reuniões de 19 de Julho e 21 de Julho (Mesa e Coordenadores) foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e PEV.

## **3. Comunicações do Presidente**

- 3.1.** O Sr. Presidente referiu-se às datas das audições regimentais dos membros do Governo, tendo sido fixado o seguinte calendário:

Ministro Educação e Ciência:

02 de Agosto de 2011;

Debate do OE 2012 (provavelmente Novembro 2011)

06 de Março de 2012

29 de Maio de 2012

Secretário de Estado da Cultura:

26 de Julho de 2011

Debate do OE 2012 (provavelmente Novembro 2011)

28 de Fevereiro de 2012

22 de Maio de 2012

Secretário de Estado do Desporto e Juventude:

06 de Setembro de 2011

Debate do OE 2012 (provavelmente Novembro 2011)

13 de Março de 2012

05 de Junho de 2012

- 3.2.** O Presidente da Comissão deu conhecimento da sua visita, no dia 27 de Julho, às 10h00, à exposição “Ecos do Fado na Arte Portuguesa, Séculos XIX-XXI”, sem prejuízo da visita que a Comissão venha a fazer durante o mês de Setembro, na sequência do convite colectivo que foi anunciado na reunião de 19 de Julho.

- 3.3.** Deu ainda conta da recepção de um convite do Parlamento Europeu para uma Conferência sobre Avaliação Tecnológica (European Parliamentary Technology Assessment), a decorrer em Bruxelas, no próximo dia de 7 de Setembro, tendo o convite sido endereçado também ao Presidente da 6ª Comissão.

Transmitiu ainda um convite da Comissão de Educação, Investigação e Tecnologia, do Parlamento alemão, para uma conferência da EPTA (European Parliamentary Technology Assessment), a ter lugar nos dias 19 e 20 de Outubro próximo. A este propósito, lembrou a Resolução da Assembleia da República, aprovada em 2009, sobre o aprofundamento das actividades da Assembleia da República nas áreas da

ciência e tecnologia, em que se propõe, entre outros, a adesão da Assembleia da República à rede EPTA.

- 3.4. O Sr. Presidente referiu-se a uma petição dirigida à Assembleia da República, por alunos do curso superior de Ciência Política, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, que apresentam várias propostas nas áreas da Educação e do Ensino Superior, recolhidas por toda a cidade, no âmbito de um projecto do curso.

Tendo a Sra. Presidente da Assembleia da República despachado, no sentido de a matéria ser tratada como expediente, foi decidido promover uma audição dos referidos alunos.

- 3.5. Por último referiu que o Café de Ciência terá lugar no dia 28 de Setembro, com o seguinte tema “*Química para um futuro sustentável*”.

#### **4. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP – Audição do Ministro da Educação e Ciência para clarificação de um conjunto de aspectos políticos no âmbito da Educação**

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) reiterou os motivos que determinaram a apresentação do requerimento. Entendendo que se justificava ouvir, com a maior brevidade, aquele membro do Governo, lembrou que à data da apresentação do requerimento, não se encontravam ainda calendarizadas as audições regulares dos Ministros.

Os Srs. Deputados Michael Seufert (CDS-PP) e Amadeu Albergaria (PSD) manifestaram satisfação pelo agendamento da audição do Ministro da Educação e Ciência, já no dia 2 de Agosto, considerando que esta data cumpre os objectivos do PCP.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos contra do PSD, PS e CDS-PP, os votos favoráveis do PCP e BE, tendo-se registado a ausência do PEV.

#### **5. Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP – Audição do Secretário de Estado da Cultura sobre a situação na Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012**

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) justificou a urgência na realização desta audição com os últimos acontecimentos na *Guimarães – Capital Europeia da Cultura 2012*. Lembrou ainda que à data da apresentação do requerimento, não eram ainda conhecidas as datas das audições regulares dos membros do Governo.

Considerando que o adiamento da votação do requerimento acelerou a vinda do Secretário de Estado da Cultura, o Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu-se aos bons ofícios da Comissão, em relação à celeridade no agendamento da audição.

Posto a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos contra do PSD, PS e CDS-PP, os votos favoráveis do PCP e BE, tendo-se registado a ausência do PEV.

#### **6. Requerimento do Grupo Parlamentar do BE – Audição do Secretário de Estado da Cultura para prestar esclarecimentos sobre Guimarães, Capital Europeia da Cultura 2012**

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) lamentou não ter sido possível discutir o requerimento antes da audição do Secretário de Estado da Cultura.

O requerimento foi rejeitado, com os votos contra do PSD, PS e CDS-PP, os votos favoráveis do PCP e BE, tendo-se registado a ausência do PEV.

**7. Audição do Secretário de Estado da Cultura**, nos termos da apreciação da política geral da Secretaria de Estado (n.º 2 do art. 104.º do RAR) - **15h15**

A audição do Sr. Secretário de Estado da Cultura foi gravada na íntegra, encontrando-se a [gravação](#) disponível na página da Comissão, na Internet.

Intervieram, na primeira ronda, os Srs. Deputados Inês de Medeiros (PS), Emídio Guerreiro (PSD), Teresa Caeiro e Altino Bessa (CDS-PP), João Oliveira (PCP) e Catarina Martins (BE).

Na segunda ronda, registaram-se as intervenções dos Srs. Deputados Gabriela Canavilhas (PS), Conceição Pereira (PSD), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Catarina Martins (BE).

Na última roda, intervieram os Srs. Deputados Nilza de Sena (PSD), Carlos Enes (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), João Oliveira (PCP), Rosa Arezes (PSD), Catarina Martins (BE), Maria José Castelo Branco (PSD), Manuel Meirinho (PSD), Inês de Medeiros (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Pedro Alves (PSD), Nuno Encarnação (PSD) e Amadeu Albergaria (PSD).

**8. Projecto de Resolução n.º 26/XII/1ª – PCP** - Recomenda ao Governo que garanta a viabilidade e o carácter público do Estádio Universitário de Lisboa

A Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o Projecto de Resolução, tendo intervindo, de seguida, os Deputados Pedro Delgado Alves (PS), Michael Seufert (CDS-PP), Rita Calvário (BE) e Paulo Cavaleiro (PSD).

A síntese do debate consta de informação, que se encontra em anexo à presente acta.

**9. Projecto de Resolução nº 21/XII/1ª – BE** - Recomenda ao Governo que publique o novo regime de atribuição de bolsas para estudantes do ensino superior conforme a Lei n.º 15/2011

Apreciada a informação sobre a discussão em Comissão do Projecto de Resolução, não se registaram objecções.

**10. Projecto de Lei n.º 12/XII/1ª do PCP** - Revoga o actual Regime de Avaliação de Desempenho dos Docentes e anula a produção dos efeitos resultantes do ciclo 2009/2011

O deputado Acácio Pinto (PS), relator do parecer, fez a apresentação do mesmo, após o que se procedeu à sua votação, tendo sido aprovado por unanimidade, pelos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

**11. Projecto de Lei n.º 13/XII/1ª do BE** -Suspende o processo de avaliação do desempenho e estabelece a não inclusão dos resultados da avaliação de desempenho docente para efeitos de graduação dos candidatos aos concursos para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário.

O deputado Acácio Pinto (PS), relator do parecer, fez a apresentação do mesmo, após o que se procedeu à sua votação, tendo sido aprovado por unanimidade, pelos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

**12. Petição 5/XII/1ª – Maria Paula Tavares Martins** - Pretende que o “cheque educação” disponibilize o valor para a educação do aluno, quer inscrito na escola pública ou privada,



Ensino secundário: Redes sociais: participação e cidadania.

Em relação às restantes propostas, respeitantes a alterações do Regimento, após as intervenções dos Srs. Deputados Amadeu Albergaria (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Acácio Pinto e Laurentino Dias (PS), foi feita discussão, mas foi decidido adiar a sua votação para a próxima reunião da Comissão, após devida consideração pelos Serviços e entre os Coordenadores de diferentes observações debatidas.

#### **16. Renovação do protocolo de colaboração da Consultora da Comissão de Educação, Ciência e Cultura para o Parlamento dos Jovens – Dra. Julieta Sampaio.**

A Comissão deliberou, por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, no sentido da renovação do protocolo de colaboração da consultora da Comissão para o “Parlamento dos Jovens”, Dra. Julieta Sampaio.

#### **17. Outros Assuntos**

O Senhor Presidente colocou à consideração dos presentes o agendamento de uma audiência com os jovens portugueses que venceram, recentemente, as Olimpíadas de Matemática a nível internacional, considerando que esta é uma forma simples de, colectivamente, a Assembleia da República saudar e destacar este êxito, referência positiva para todos os estudantes.

Referiu-se ainda à intenção de propor a realização, em Setembro ou Outubro, de uma audição com a Sociedade Portuguesa de Matemática e os organizadores nacionais das Olimpíadas, para que a Comissão possa inteirar-se da sua história e dinâmica, bem como dos respectivos programa, calendário e perspectivas no ano lectivo de 2011/12.

A Comissão deliberou agendar a audiência para o dia 2 de Agosto e nada objectou ao oportuno agendamento da outra audição, para a data mais conveniente.

#### **18. Data da próxima reunião**

**Dia 02. Agosto.2011 – 15h00**

A reunião foi encerrada às 19:35 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 Julho 2011

**O PRESIDENTE**

**(José Ribeiro e Castro)**

Acta aprovada na reunião da Comissão de 02 de Agosto de 2011.

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Jorge  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Emídio Guerreiro  
Inês de Medeiros  
Isilda Aguincha  
José Ribeiro e Castro  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Rita Calvário  
Carlos Zorrinho  
Catarina Martins  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Emília Santos  
Inês Teotónio Pereira  
Laurentino Dias  
Maria Ester Vargas  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria Manuela Tender  
Miguel Coelho  
Nuno Encarnação  
Pedro Alves  
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt  
Heloísa Apolónia  
Rui Jorge Santos



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

---

## Informação

[Projecto de Resolução n.º 26/XII \(1ª\) – \(GP/PCP\)](#)

Discussão ocorrida nos termos do art.º 128.º n.º1 do RAR, em reunião da Comissão de 26/07/2011

---

**Recomenda ao Governo que garanta a viabilidade e o carácter público do Estádio Universitário de Lisboa.**

1. Cinco Deputados do Grupo Parlamentar do PCP tomaram a iniciativa de apresentar o Projecto de Resolução (PJR) n.º 26/XII (1.ª) – (GP/PCP), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do nº 1 do artigo 4º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 18 de Julho de 2011, tendo sido admitida a 19 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.
3. O Projecto de Resolução foi objecto de discussão na Comissão, na reunião de 26 de Julho de 2011.
4. A discussão ocorreu nos seguintes termos:

A Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o Projecto de Resolução que visa recomendar ao Governo a tomada das necessárias medidas para garantir o carácter público da gestão e exploração do EUL; o reforço das condições materiais e humanas do EUL, de acordo com as necessidades objectivas do seu funcionamento; e a salvaguarda dos postos de trabalho existentes e a garantia o respeito pelos direitos dos trabalhadores do EUL.

Referiu que a inauguração deste equipamento desportivo destinado a todos os estudantes universitários de Lisboa data de 1956 e que a aprovação da Lei Orgânica (Decreto-lei nº 276/89, 22 de Agosto) dotou esta instituição de autonomia financeira, administrativa e quadro de pessoal e, a publicação do Plano de Reordenamento do EUL, definindo os limites territoriais e critérios de construção.

Na Lei orgânica do EUL são afirmadas como atribuições próprias: *“a) Proporcionar a prática desportiva às organizações de estudantes em geral e aos universitários em particular através do apoio em instalações a actividades neste domínio (...); b) Facultar estruturas materiais de acolhimento ao desenvolvimento do desporto no ensino superior; c) Apoiar o desenvolvimento do desporto-recreação, nomeadamente no âmbito das comunidades escolar e do ensino superior; d) Servir a realização dos quadros competitivos próprios do desporto no ensino superior; e) Facultar a utilização das respectivas instalações pela comunidade em geral (...).*

Afirmou também que no enquadramento legal específico do EUL é assumido ainda que se “trata de uma parcela do património do Estado relativamente à qual se tornava imperioso que o Estado, acima de tudo, assumisse plenamente as correspondentes responsabilidades de gestão e investimento, num quadro de autonomia funcional”. E que o EUL é um espaço único na cidade de Lisboa, quer pela qualidade e dimensão das instalações desportivas, quer pela missão própria de apoio ao desporto universitário.

Os estudantes universitários e outros utentes do Estádio Universitário de Lisboa (EUL) foram surpreendidos em final de Maio pela suspensão das renovações das assinaturas, que ocorria regularmente neste mês. A Lei do Orçamento de Estado para 2011 (viabilizada por PS e PSD) aplicou a cativação do orçamento das instituições do Ensino Superior. O anterior Governo PS afirmou que terão sido realizadas duas desactivações de verbas do orçamento do EUL, no entanto, a manutenção da cativação dos saldos transitados poderá inviabilizar a abertura do EUL em Setembro.

Foi ainda referido que a Associação Desportiva do Ensino Superior de Lisboa e a Federação Académica do Desporto Universitário mostraram muita preocupação e que pode estar em causa a manutenção das condições "preferenciais de acesso às instalações e actividades por parte dos estudantes".

A Sr.<sup>a</sup> Deputada afirmou que esta situação coloca em causa o acesso à prática desportiva a milhares de estudantes do ensino superior e a milhares de outros utentes, entre os quais os atletas para-olímpicos, bem como coloca em risco centenas de postos de trabalho.

E referiu que de acordo com o artigo 79.º da Constituição determina que “ Todos têm direito à cultura física e ao desporto”, e que cabe ao Estado “em colaboração com as escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, mas que contudo, a política seguida pelos sucessivos Governos PS, PSD e CDS ficam marcadas pela desresponsabilização e mercantilização deste direito. Hoje, o acesso à prática desportiva por parte dos jovens em geral e dos estudantes em particular obriga ao pagamento de quantias muito elevadas em ginásios e outros espaços privados, ou no pagamento para a utilização de espaços públicos. Afirmou da maior importância a preservação do carácter público do EUL, a valorização e investimento noutros estádios universitários, bem como o equacionar de outras medidas estruturais de promoção do desporto e do exercício físico.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada concluiu que a situação que o EUL atravessa actualmente é inseparável do objectivo de privatização do Ensino Superior e serviços integrados, da desresponsabilização do Estado nas suas tarefas fundamentais, e da privatização de um sector lucrativo, como aliás é confirmado no volume de receitas próprias. Reiterou a posição do PCP de manutenção do carácter público do Estádio Universitário de Lisboa, como consagrado na sua Lei Orgânica, a preservação das suas características específicas, o reforço das suas condições materiais e humanas de acordo com as necessidades objectivas, bem como a defesa dos postos de trabalho e o respeito pelos direitos dos trabalhadores.

O Deputado Pedro Delgado Alves (PS) concordou com a importância do potencial do Estádio para os estudantes e para a cidade de Lisboa, referiu que tem um bom modelo de gestão e informou que houve flexibilidade na gestão das cativações e descativações de verbas no ano transacto de forma a assegurar em permanência o funcionamento do equipamento, sem prejuízo no acesso pelos alunos. Mencionou também, no que se refere ao modelo de gestão do Estádio, que está prevista a

externalização desde 2006, aquando do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e que o risco de privatização é diminuto e não decorre da referida opção pela externalização. Na mesma linha, realçou que havendo 3 universidades públicas em Lisboa e sendo a gestão do Estádio inicialmente assegurada apenas por uma delas, se optou por colocá-lo na dependência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de forma a assegurar uma gestão equitativa. Por último referiu que não concorda com as preocupações do Projecto de Resolução e com a sua forma, uma vez que tanto se sublinha a imprescindibilidade das transferências orçamentais do OE, como se afirma que o serviço é lucrativo e logo permeável ao risco de privatização, ficando por identificar um risco para o carácter público do EUL.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) assinalou uma desarmonia em relação à percentagem de receitas advindas do Orçamento do Estado e informou que já foram descativadas na semana passada as verbas do OE. Referiu também que a manutenção do serviço público é prevista na lei orgânica do Estádio, pelo que a gestão é pública, embora o CDS-PP não tenha objecção a uma gestão privada, mantendo, no entanto, a propriedade pública das instalações.

A Deputada Rita Calvário (BE) referiu que só a gestão pública permite preços acessíveis aos utentes e realçou o facto de o Estádio assegurar a promoção de práticas desportivas com outras associações. Mencionou também que o Projecto de Resolução reconhece a importância da gestão pública e a manutenção do funcionamento regular do Estádio.

O Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) reiterou a importância do Estádio e referiu que, no início de funções do Governo, há cerca de um mês, o PCP fez uma pergunta ao mesmo sobre esta matéria, tendo apresentado, logo de seguida, este Projecto de Resolução, quando o prazo de 30 dias para o governo dar resposta à pergunta do PCP ainda não se tinha esgotado.

Salientou depois que não está em causa o carácter público da gestão e exploração do Estádio Universitário de Lisboa. Relativamente ao reforço das condições materiais e humanas, referiu que o EUL garante os seus serviços, no quadro da sua autonomia administrativa e financeira, com o seu actual quadro de funcionários – 22 -, não sendo possível a admissão de novos funcionários públicos, no respeito pelas restrições orçamentais vigentes em toda a administração pública.

Esclareceu ainda que foi descativada a verba do Estado Universitário de Lisboa, por despacho do Sr. Secretário de Estado do Orçamento, de 18 de Julho de 2011, adiantando que as inscrições para a nova época, que se encontravam suspensas, já reabriram, como era o desejo da gestão do EUL.

A deputada Rita Rato (PCP) referiu que ficam contentes com a descativação de verbas, afirmando que a preocupação do financiamento de acordo com necessidades materiais e humanas objectivas deve ser garantido, inclusive numa perspectiva de desenvolvimento de projectos de investimento, alargando o serviço do Estádio e equacionando preços mais baixos para estudantes bolseiros. Acrescentou ainda que cerca de 25€ de mensalidade a somar a todas as despesas

que um estudante do ensino superior suporta é ainda significativo e muitos não podem pagar. Transmitiu ainda preocupação em relação à evolução previsível, particularmente tendo em conta as posições manifestadas pelos GP do PS e do CDS-PP, e de que a “externalização” do EUL pode significar a privatização da sua gestão e exploração, e o desrespeito pelos direitos dos seus trabalhadores.

O deputado Pedro Delgado Alves (PS) sublinhou ainda que a expressão “externalização” tem um alcance preciso no contexto do PRACE (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado), que não se confunde com o conceito de privatização, implicando tão-somente a saída da esfera da Administração Central, sendo que, no caso do EUL, o que sempre se previu foi um modelo de gestão de proximidade que envolva as instituições de ensino superior de Lisboa.

5. Realizada a discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação do Projecto de Lei na sessão plenária, nos termos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 26 de Julho de 2011

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(José Ribeiro e Castro)**



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

---